



BRASIL E AMÉRICA NO SÉCULO XIX

O Rio de Janeiro e o Associativismo Lusitano: Do Império à República.

Rio de Janeiro and Lusitanian Associativism: From the Empire to the Republic.

Guilherme Giesta Figueiredo; PPGH-UFF; guilhermegiesta13@gmail.com

RESUMO: O presente artigo busca trazer novos dados sobre o associativismo português na cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente sobre o associativismo beneficente e de auxílio mútuo. Para isto recorreu-se ao processo de georreferenciamento das sedes dessas associações. O período analisado inicia-se no início da segunda metade do século XIX e vai até o final da primeira década do século XX. Desta forma este trabalho aborda um período de transição histórica onde o associativismo se formou e consolidou para então constituir-se como instituição caracteristicamente presente no período da República.

PALAVRAS-CHAVE: Rio de Janeiro. Associativismo. Imigração portuguesa.

ABSTRACT: The present article seeks to provide new data on Portuguese associativism in the city of Rio de Janeiro, specifically focusing on charitable and mutual aid associations. To achieve this, the georeferencing process of these association headquarters was utilized. The analyzed period begins in the early second half of the 19th century and extends until the end of the first decade of the 20th century. Thus, this work addresses a period of historical transition in which associativism was formed and consolidated, eventually becoming an institution that was characteristically present during the Republican era.

KEYWORDS: Rio de Janeiro. Associativism. Portuguese immigration.



1. As Transformações da Capital da República

Ao que tange sobre a cidade do Rio de Janeiro, o século XX abre as portas para intensas transformações, não apenas estruturais como a reforma da zona portuária e as reformas urbanas, mas também mudanças políticas e culturais. Os tempos exigiam uma nova organização, e a cidade e a sociedade tinham de se adaptar mais ainda à lógica capitalista internacional. Podemos destacar aqui as reformas urbanas de Francisco Pereira Passos, visando sobretudo resolver as contradições que a cidade apresentava. Fazia-se necessário agilizar o processo de importação e exportação de mercadorias, que ainda apresentava características coloniais devido justamente à ausência de um porto moderno. Era preciso, ainda, modernizar a capital, criando um espaço que simbolizasse a importância do país como principal produtor de café do mundo, que expressasse os valores e os *modi vivendi* cosmopolitas e modernos das elites econômica e política nacionais.

“O Rio de Janeiro reunia, assim, um elenco de condições favoráveis ao surto industrial ocorrido no início dos anos noventa, que deu origem aos primeiros segmentos tipicamente fabris, na acepção clássica das revoluções industriais que marcaram o advento do capitalismo na Europa. Produziam bens de consumo corrente (tecidos, alimentos, calçados, bebidas etc.), e estavam inseridos numa estrutura produtiva que, em seu conjunto, também se expandiu, reproduzindo suas características artesanais ou manufatureiras”. (Benchimol, 1992, p. 173)

O Prefeito Passos comandou, então, no curto período de quatro anos a maior transformação já verificada no espaço carioca até então, um verdadeiro programa de reforma urbana. (Benchimol, 1992, p.60). O Rio de Janeiro caracterizava-se como um caldeirão de mudanças em que o passado ainda presente e o futuro próximo se confrontavam. Segundo João Manuel Malaia a capital “passava, portanto, não só por transformações na ordem econômica, com o advento das indústrias e a consolidação do capitalismo, mas também por mudanças na ordem política, social e cultural.” (Santos, 2010, p. 19). O prefeito Pereira Passos empenhou-se em abrir novas vias de circulação pela cidade, com o objetivo de alargar as principais artérias do centro da cidade e suas imediações. Certamente a principal obra em termos de transformação urbana desse período foi a construção da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco).



“... as melhores casas comerciais foram ali instaladas; os jornais construíram seus prédios monumentais e as grandes companhias, clubes, hotéis e vários edifícios do governo (Escola de Belas Artes, Biblioteca Nacional, Supremo Tribunal, Teatro Municipal, Palácio Monroe) foram nela localizados” (Reis, 1997, p. 22).

De fato, o período Pereira Passos foi um momento transformador da cidade do Rio de Janeiro. As reformas urbanas não só atendiam objetivos organizacionais e estéticos, mas também políticos e econômicos, onde o progresso das reformas serviam de fator de legitimação do poder. Entretanto, houve contradições em relação ao espaço urbano e sua reorganização. Com a política do “bota-abaixo”, dezenas de casas foram desocupadas. A historiografia nos traz diferentes números sobre as desocupações, podendo terem chegado a mais de 3000 casas desocupadas só para a construção da Avenida Central. Com a desocupação dessas casas muitos habitantes buscam moradias e ocupações nos até então pouco habitados morros do centro da cidade, como: Morro da Providência, São Carlos, Santo Antônio e outros, essas novas formas de habitação e moradia dão formas às favelas. As reformas urbanas acabaram por precarizar ainda mais a vida dos trabalhadores e operários da cidade, principalmente com o intenso surto industrial que começava a tomar força. Não só as favelas tomavam força como também a ocupação dos espaços dos subúrbios do Rio de Janeiro, como Engenho Novo e Inhaúma (Abreu, 1997, p.90).

Outra parte fundamental da cidade do Rio de Janeiro, o porto e sua zona portuária também sofreram drásticas alterações e assumiram um novo papel no cenário nacional.

“[...] Rodrigues Alves, por intermédio de seu ministro da Viação e Obras Públicas, Lauro Müller, designa um membro ilustre do Clube de Engenharia, Francisco Bicalho, para modernizar o Porto do Rio de Janeiro e operar uma reestruturação urbana na região portuária da cidade, a fim de permitir um melhor sistema de distribuição das mercadorias do porto pela cidade” (Azevedo, 2003, p.41).

Os portos são marcos da modernidade capitalista industrial. Desde Londres, Hamburgo, Liverpool, Lisboa, Rotterdam, Marselha, Rio de Janeiro, Santos e Valparaíso, os portos fazem-se presentes no panorama urbano das cidades do capitalismo industrial. Com o advento das máquinas a vapor, novos ritmos foram exigidos dos portos: mais velocidade e capacidade no transporte de cargas e pessoas e ainda mais eficiência nas operações marítimas (Honorato; Mantuano, 2013, p.23). Com



a vinda da corte portuguesa para o Brasil em 1808, o porto do Rio de Janeiro ganha novo status, abandonando suas características coloniais.

As obras do porto no período Pereira Passos ficaram a cargo da União, suas principais obras foram a construção do novo porto do Rio de Janeiro e também a abertura das avenidas Francisco Bicalho e Rodrigues Alves, que davam acesso a este novíssimo porto. Todas essas obras foram realizadas através da aterragem de extensas regiões. Não só o porto do Rio, mas também a cidade como um todo, acelerava uma dinâmica global. Este projeto de renovação da região portuária e do porto em si, carregava a visão urbanística de seus autores, que em sua maioria eram engenheiros que buscavam a organização urbana da cidade pela afirmação de suas vias e pela reverência praticamente nula em relação à tradição da cidade (Azevedo, 2003, p.41).

O porto neste cenário faz o papel de um intermediário entre a acumulação primitiva de capital com o centro do capitalismo global: Europa e posteriormente os Estados Unidos da América. Apesar das pontuais reformas ao longo do século XIX, é somente no início do século XX e com a recém formada República brasileira que a adequação ao mundo capitalista atingiu em toda sua plenitude o porto do Rio de Janeiro.

Com a cidade e o porto se modernizando para se adaptarem ao capitalismo global, outro ponto chave nesta lógica são os trabalhadores. Os trabalhadores, ou as classes operárias, são a engrenagem mestra no capitalismo. Neste cenário é possível evidenciar a mercantilização da força de trabalho, onde os operários vendem sua força de trabalho aos capitalistas em troca de um salário. Neste contexto, a imigração enquadra-se num movimento geral de circulação de mercadorias, mão de obra e capital, mas também de um embate de valores culturais, sobre o “tipo” de trabalhador que se quer. Dos mais distintos trabalhadores presentes tanto na cidade do Rio de Janeiro como mais especificamente na zona portuária, um dos grupos que mais se empenharam em criar novas práticas esportivas foram trabalhadores portugueses e seus descendentes.

2. Os imigrantes portugueses na cidade do Rio de Janeiro

“Os que desembarcavam no Rio começaram a abandonar o convés e, quando volviam, empilhavam, aqui e ali, sacos e baús. (...). Alguém gritou: “O Pão de Açúcar!”(...). Os emigrantes repetiam com emoção: “O Pão de Açúcar!”, “O Pão de Açúcar!” como se dissessem aos outros e a eles próprios: “Finalmente!”, “Finalmente!”” (Castro, 1928, p.130).



O trecho do livro *Emigrantes*, do romancista português José Maria Ferreira de Castro, narra com detalhes e certo realismo, uma vez que o próprio fora um imigrante, a chegada de um navio vindo do Porto de Lisboa até a cidade do Rio de Janeiro, trazendo em suas cabines e cavas diversos imigrantes portugueses. Dos emigrados portugueses neste período que chegavam ao Brasil cerca de 60 a 80% deles chegavam pelo porto do Rio de Janeiro (Alves, 1994, p.288) e a cidade chegou a ser composta por 20% de habitantes lusos natos (Lobo, 2001, p.44). Ao longo de todo o século XIX e até as três primeiras décadas do século XX, o imigrante português tornou-se uma figura chave no cenário econômico-social tanto do Brasil num todo, como também em específico na cidade do Rio de Janeiro. Os emigrantes portugueses eram na sua maioria semi-proletários, e buscavam trabalhar em atividades artesanais e manufatureiras em suas regiões de origem ou então em oficinas rústicas do campo que entraram em declínio com a emigração (Reis, 2012, p.23).

“A dificuldade de acesso à terra, a limitada oportunidade de trabalho urbano, em virtude do lento processo de instalação do capitalismo, a precária condição de vida e de saúde pública, o risco do serviço militar no país natal [...] faziam o emigrante arrostar a exploração nos preços das passagens, os riscos da travessia do oceano em condições de falta de higiene, espaço e alimentação adequados, os abusos dos agentes e companhias de engajamento nos preços do transporte e nos contratos de trabalho, a dificuldade de controle do cumprimento das leis e contratos no Brasil, pelos cônsules portugueses.” (Lobo, 2001, p.19).

Porém, engana-se aquele que pensa na figura colonial do português, na caricatura do colonizador e do nobre abastado ligado à Coroa. O imigrante português dos séculos XIX e XX nada se assemelha com um nobre da corte, a única característica em comum dessas duas figuras é o solo lusitano no qual nasceram.

“[...] a situação de ex-colônia e os conflitos inerentes a essa relação, a língua e os costumes comuns acabaram por trazer uma espécie de “invisibilidade” a essa imigração, mascarando, inclusive, as diferenças que subsistem em seu interior. Em outras palavras, nem sempre os portugueses são reconhecidos como imigrantes e, conseqüentemente, não tiveram a sua presença e o seu legado estudados sistematicamente.”(Martins, 2007, p.70).

Estudar os movimentos migratórios é um desafio, principalmente quando tratamos das fontes relacionadas a esse assunto e também a época a ser analisada. Na recém proclamada república, a questão da cidadania e naturalização repetiu o mesmo



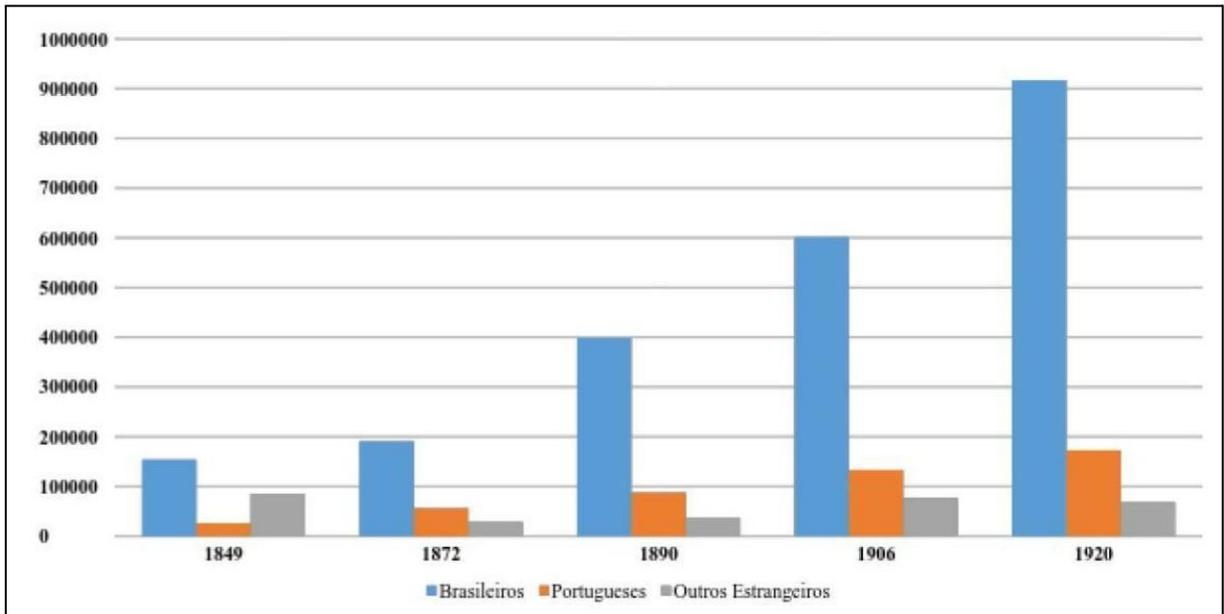
molde da Constituição de 1824, atribuindo a cidadania brasileira imediata a todos os estrangeiros. “A Constituição da República de 1891 dava aos estrangeiros, residentes no Brasil em 15 de novembro de 1889, a cidadania brasileira imediata, salvo manifestação contrária que deveria ser registrada em cartório” (Francisco, 2016, p.195). Os imigrantes portugueses que chegavam ao Rio de Janeiro eram em primeiro momento encaminhados para a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, localizada no atual município de São Gonçalo. Tal hospedaria foi estabelecida pelo ministro da Agricultura do Império do Brasil, José Saraiva. Tal hospedaria substituiu a antiga hospedaria do Morro da Saúde, devido a correntes surtos endêmicos de doenças contagiosas. A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores chegou a receber em 1890, um total de 66.494 imigrantes (Reznik; Fernandes, 2014, p.176).

Pelas questões citadas, e principalmente pela massiva ocupação da cidade pelos imigrantes portugueses e seus descendentes, faz-se necessário enfatizar a importância da cultura portuguesa para os lusodescendentes na criação de laços com a sua terra natal e de origem:

“Esses laços estariam apoiados na existência de redes de difusão de informação, suportadas por formas de agregação social que variam entre redes familiares, redes de vizinhança/de simples conhecimento ou redes profissionais. A manutenção desses tipos de “laços” facilitaria no estrangeiro a reconstituição de comunidades da mesma procedência geográfica.” (Souza, 2007, p.55).

Os imigrantes portugueses que desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro eram originários principalmente das regiões norte de Portugal como: Aveiro, Braga, Porto, Coimbra, Guarda, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. Esses laços de convivência levaram por exemplo, a criação de casas culturais regionais, associações de caráter cultural e recreativo de difusão da cultura lusa com especificidade do local de nascimento desses associados. Espaços como a Casa de Trás-os-Montes, Casa do Minho, Casa do Açores, Casa do Porto e outras funcionam, segundo Roberto Ribeiro, como elementos de uma fragmentação representativa que age no sentido de fortalecer tradições culturais legítimas oriundas de Portugal (Souza, 2007, p.55).

Gráfico 1 – Panorama Social e Demográfico da cidade do Rio de Janeiro (1849-1920)



Fonte: BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral De Estatística. Censos de 1849, 1872, 1890, 1906 e 1920.

Podemos observar no gráfico como o número de habitantes portugueses era extremamente expressivo, passando dos 100 mil habitantes nos primeiros anos da República. Grande parte desses portugueses desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro, cujo porto era a principal porta de entrada dos portugueses que vinham ao Brasil em busca de novas oportunidades.

Ainda sobre a cultura lusa, outro apontamento de grande importância são os casamentos entre brasileiros e brasileiras com portugueses e portuguesas: “[...] segundo o censo de 1890, 120.983 habitantes da capital eram filhos de pai e mãe portugueses; 2.895 de pai brasileiro e mãe portuguesa e 37.325 de filhos de mãe brasileira e pai português.” (Lobo, 2001, p.42). Desta forma, em 1890 a cidade do Rio de Janeiro possuía 522.651 habitantes, onde 267.664 representavam imigrantes portugueses e seus descendentes, desta forma os números oficiais do censo mostram que apesar da maioria da população se classificada como brasileira, mais da metade da população estava inserida num contexto de cultura lusitana. Nativos ou não de Portugal, fato é que tanto os imigrantes, que vieram ao Brasil para “fazer a América”, quanto os luso descendentes já nascidos no país, formavam uma significativa parcela dos trabalhadores da cidade. Parte recente da historiografia, dedicada à História Global do Trabalho, tem intensificado esforços no intuito de entender os fluxos de trabalhadores, suas estabilidades e retornos.



“A História Global do Trabalho se constitui em verdadeiro instrumento para o entendimento da emigração/imigração de massa dos trabalhadores, pois busca tecer comparações entre diferentes países e, principalmente, analisando as interações internacionais entre a classe e as famílias trabalhadoras” (Linden, 2013, p.42).

Não seria de se estranhar que o impacto da imigração portuguesa na capital do Brasil gerasse conflitos entre os filhos da terra e aqueles que buscavam em outro país sua sobrevivência. Nesse sentido o antilusitanismo já estava presente nesta sociedade há várias décadas. Herança de um passado colonial repleto de desavenças, conflitos e ódio de diferentes partes e de uma modernidade que despontava juntamente da recém proclamada república. Ainda para ser melhor ilustrado, um evento onde o pode-se observar o antilusitanismo na sua prática mais violenta, é na Noite das Garrafadas, que eclodiu em março de 1831, quando portugueses e brasileiros protagonizaram uma batalha campal nas ruas do Rio de Janeiro. “Além de um conflito gerado pelo antilusitanismo a noite das garrafadas foi, também, um conflito racial que opôs, basicamente, portugueses a negros e pardos cariocas” (Souza, 2005, p.134).

O exemplo acima é apenas um de uma vasta lista de outros conflitos onde o sentimento antilusitano estava presente. É possível desta forma constatar que o antilusitanismo já era nutrido há muitas décadas e caracterizava-se como um conflito derivado de uma discriminação nacional, de um fator político e, como vamos ver mais adiante, econômico. Porém, no início do século XX, o antilusitanismo toma para si novas formas e novas características. Falar sobre esse sentimento é também falar sobre uma construção de identidade nacional. “As relações entre estrangeiros e brasileiros (brancos, pretos e mulatos) não eram amenas, sempre amistosas e tranquilas, como o mito da “democracia racial” daria a entender.” (Ribeiro, 2012, p.44).

Muitos dos imigrantes portugueses eram analfabetos e não apresentavam qualificação profissional, aceitavam a grande parcela dos serviços pesados e muitas vezes, de baixa remuneração, atividades que eram antes realizadas pela mão de obra escrava. “Especificamente na cidade do Rio de Janeiro, os portugueses eram considerados pelos patrões como aqueles que trabalhavam duro, de sol a sol, não se importando com as duras condições de vida, higiene, moradia e trabalho (Ribeiro, 2012, p.44). Devido a esta realidade a discriminação sobre os portugueses intensificou-se gradativamente. Ainda segundo Gladys Ribeiro:



“o antilusitanismo constituiu-se na resistência por parte da população carioca ao assalariamento e à exploração econômica. Assalariamento porque ao aceitar condições de trabalho que o brasileiro, com toda a sua malandragem, recusaria, praticava uma concorrência desleal no mercado de trabalho. Exploração por monopolizarem o comércio varejista em geral e serem donos da maioria das casas de aluguel da cidade”(Ribeiro, 1987, p.60).

Pode-se perceber como originou-se o monopólio dos empregos no comércio pelos portugueses. Segundo pesquisa feita por Lenira Menezes Martinho, "67% dos portugueses que entraram no Brasil em 1827, 44,8% dos que entraram em 1828 e 41% dos que entraram em 1829 destinavam-se a caixeiros" (Souza, 2005, p.135).

Os portugueses e luso descendentes eram tidos como o “outro”, aqueles que usurpavam os empregos que seriam destinados aos brasileiros. “O antilusitanismo consolidou-se, também, em razão da necessidade de ruptura com o passado colonial” (Souza, 2005, p.134). Ainda segundo Ricardo Luiz de Souza: “havia uma nacionalidade ainda um tanto vaga em processo de construção. Tal construção implicava um corte com o passado colonial do qual os portugueses ainda residentes no Brasil eram vistos como herdeiros.” (Souza, 2005, p.137).

Tremenda era a necessidade de se fazer frente ao exacerbado preconceito nacionalista. Pode-se destacar como demonstração deste ódio, uma publicação da revista *O Malho* de fevereiro de 1931. Tal edição trazia uma breve porém contundente crônica com o título “O Espantalho do Carioca”¹, um texto discriminatório onde mostrava o português como um homem trambiqueiro de grosso trato e que só gastava seu dinheiro com “mulatas e 'foot-ball'”. O texto ainda cita o Club de Regatas Vasco da Gama, onde supostamente os portugueses faziam de tudo para conseguir um cargo. Em outro jornal, chamado *O Jacobino*, que circulou nos anos de 1894 a 1896, pregava com veemência o antilusitanismo. Aos portugueses eram atribuídos quase todos os males que sofria a capital do Brasil. Em apenas três anos de publicações este jornal disseminou o ódio contra portugueses e afirmou vários estereótipos principalmente ligando os portugueses aos piores tipos de trabalhadores do comércio, colocando-os como homens burros e grosseiros. “O jornal contribuiu também na propagação do termo galego, atribuído de forma pejorativa aos lusitanos.” (Ribeiro, 2012, p.136).

¹O MALHO. Rio de Janeiro, 1902-1953. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=74336>>



Por este e outros motivos, o ato de impor-se e fazer exercer o direito civil de se organizar numa associação de raízes portuguesas era uma maneira de não se calar aos preconceitos e fazer forte resistência ao antilusitanismo.

“Desta forma, muitos foram também os clubes dançantes, literários e esportivos, casas regionais portuguesas, vários tipos de associações de portugueses que vinham tentar cobrir o vazio e a saudade da terra natal, além de possibilitar àqueles que carregavam tradições camponesas o sentimento de participação nesse processo de urbanização pelo qual a cidade passava.” (Santos, 2010, p.25).

É neste cenário de conflito na capital da República que o Club de Regatas Vasco da Gama foi fundado, do mesmo modo como outras entidades portuguesas também foram surgindo ao longo do século XIX e XX. Pode-se destacar a Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorro D. Pedro V, a Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões, a Congregação dos Artista Portugueses, o Retiro Literário Portugês, o Grêmio Republicano Portugues e muitas outras associações de diferentes tipos, mas que tinha em seu cerne a cultura e o povo português.

É necessário então entender a trajetória que as associações lusitanas tiveram no Rio de Janeiro até o período da república, para isso, é fundamental uma maior ênfase no estudo sobre a espacialidade urbana onde essas associações tinham sede no Império e suas continuidades e descontinuidades na República.

3. As Associações Benéficas Portuguesas no Rio de Janeiro entre o Império e a República

Incontestavelmente é digno de nota ver-se o espírito de associação de que são dotados os portugueses residentes no Brasil. Não podemos deixar de simpatizar com tão nobre sentimento que eleva o indivíduo à comunhão social e o faz por isso, identificar perante os seus compatriotas, como um ente útil à sociedade, congraçando a grande família portuguesa em um só princípio — o amor à pátria²

Por associativismo pode-se entender pela formação e funcionamento de um grupo formado por pessoas que se associam com base em um interesse comum e cuja participação não é obrigatória e nem determinada por nascimento, existindo independente do Estado (Fonseca, 2008, p.15). Estas associações ofereceram uma

²Gazeta Lusitana, 22 dez. 1883. p. 1.



diversa gama de serviços conforme seus objetivos específicos. Podiam ser de caráter recreativo como os clubes dançantes e esportivos; beneficentes como as sociedades de auxílio mútuo, hospitalar ou educacional por exemplo. Fato é que ao analisar a historiografia produzida sobre esse assunto, pode-se perceber um grande destaque as associações beneficentes e de auxílio mútuo, também chamadas de mutualistas.

“Em termos de relação indivíduo-Estado, as associações voluntárias são consideradas essenciais para a manutenção de uma democracia substancial, enquanto se posicionam como entidades de equilíbrio do poder central e como instrumento para a compreensão dos processos sociais e políticos” (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1991, p. 65).

O florescimento da República no Brasil, trouxe consigo o surgimento de novas associações no panorama político da cidade do Rio de Janeiro. Porém é possível observar o fenômeno do associativismo já presente desde a segunda metade do século XIX. O desenvolvimento industrial, as transformações sociais e o surgimento de regimes democráticos influíram na estruturação deste fenômeno. As associações muitas das vezes realizavam o papel de proteção e seguridade social que os estados não conseguiam desempenhar e demonstram a força de organização de trabalhadores enquanto classe no século XIX.

“As causas mais destacadas que determinaram o desenvolvimento do fenômeno associativo devem ser procuradas no processo de industrialização e de urbanização e na instauração dos regimes democráticos. [...] Associações de todo o gênero satisfazem as necessidades de companhia humana: associações econômico-sindicais, associações comerciais, associações de socorro mútuo, cooperativas de produtores e de consumidores permitem alcançar a segurança pessoal” (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1991, p. 65).

As associações de auxílio mútuo tinham como objetivo principal garantir algum tipo de benefício para seus associados. Estes benefícios eram considerado "socorros", podendo ser benefícios em períodos de inatividade por doença ou acidente, pensões pagas quando inválidos para o trabalho ou para a família, em casos de morte, ajudas para funeral e luto, do associado ou de alguém de sua família, tratamento médico, assistência advocatícia entre outros. Já as associações beneficentes visavam realizar algum tipo de benefício para outros, que não os seus próprios associados. Essas associações não visavam apenas o bem estar de seu grupo, mas também a reunião de



esforços em prol de indivíduos que, por alguma ocasião, a ela recorressem. (Fonseca, 2008, p.118).

Para entendermos melhor sobre a questão fundamental do associativismo português, devemos destacar alguns trabalhos já realizados. Estes trabalhos têm características fundamentais para compreendermos o tema aqui discutido. Em primeiro lugar devemos destacar a pesquisa de Marconni Cordeiro Marotta em sua dissertação, onde o autor traz um levantamento acerca da quantidade de associações fundadas entre os anos de 1844 e 1889. De um total de 887 associações diversas fundadas nesse período, 454 eram beneficentes/mutualistas, ou seja, mais que a metade (Marotta, 2015, p.211). E dessas 454 associações beneficente/mutualistas, 83 eram de caráter nacionalista português, totalizando um pouco mais de 18% do total. Vale aqui fazer um parêntese acerca do conceito de nacionalismo utilizado. Por nacionalismo, busco tratar, neste caso, de uma ideologia unificadora, elaborada intencionalmente para garantir a coesão do povo. Nacionalismo no sentido de *fraternité*, como o grande ideal coletivo da Revolução Francesa pregava.

Em segundo lugar, se avançarmos um pouco mais, e adentrarmos as até próximo do fim da segunda década da República, encontraremos ainda mais associações de caráter beneficente e ideal lusitano. E é justamente na tese de Vitor Manuel Marques da Fonseca³ que pudemos estender o panorama desta pesquisa, para então entendermos como o movimento associativista português se originou e se estruturou desde o período do Segundo Reinado até as primeiras décadas da República. Fernand Braudel categorizou certa vez a Média Duração estando ela ligada aos aspectos conjunturais da sociedade que se apresenta em uma instância de tempo social, relacionado às "forças de profundidade" estando articuladas à estruturas econômicas, sociais e políticas, que atuam de forma "lentamente ritmada" (Problet, 2001, p.126). Estudar o fenômeno do associativismo português na cidade do Rio de Janeiro na média duração é o empenho em engendrar de maneira mais evidente a consolidação de estruturas sociais democráticas que ajudaram a formar o tecido político, social e econômico da cidade.

Para se entender melhor a formação das associações beneficentes portuguesas na cidade, é primeiro importante entender como os governos lidavam com as associações civis. Tal questão é ponto de interseção tanto no trabalho de Marconni Marotta como no

³FONSECA, Vitor Manoel Marques da. No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro: 1903-1916. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional ; Niterói, RJ : Muiraquitã, 2008.



de Vitor Manuel Marques. Ambos trazem a questão das legislações em seus trabalhos e como impactaram a formação e organização destas associações.

Dom Pedro Segundo, Por Graça de Deus e Unanime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembleia Geral Legislativa decretou e nós queremos a Lei seguinte:

[...]

Art. 2º. Na organização e regime das Companhias e Sociedades Anônimas, assim civis como mercantis, observar-se-ão as seguintes disposições:

§ 1º. As Companhias ou Sociedades Anônimas, Nacionais ou Estrangeiras, suas Caixas Filiais ou Agencias, que se incorporarem ou funcionarem sem autorização concedida por Lei ou por Decreto do Poder Executivo, e aprovação de seus estatutos ou escrituras de associação, [...] pagarão a multa de 1 a 5% do mesmo capital...

[...]

§ 3º. A autorização e aprovação [...] deverá ser solicitada por intermédio do Governo, o qual, ouvida a respectiva Secção do Conselho de Estado, remeterá à Assembleia Geral os documentos e informações que julgar conveniente⁴.

Segundo dados trazidos por Vitor Manuel Marques, a segunda metade do Séc. XIX, marcou o período de efervescência do associativismo na cidade do Rio de Janeiro, tais afirmativas também são corroboradas justamente pelos dados trazidos por Marotta. O governo imperial não mediu esforços na regulamentação e na tentativa de controle sobre as associações. A Lei de nº 1.083 de 22 de agosto de 1860, tradicionalmente ficou conhecida como *Lei dos Entraves*. Tal lei possuía a meta de organizar e controlar as casas privadas de poupança e crédito buscando proteger direitos daqueles que utilizavam os serviços dessas instituições (Reis, 2014, p.16). A lei criou parâmetros para o controle das sociedades anônimas, como a formalização de pedidos de funcionamento ou de reformulação de estatutos das associações já existentes. É fato que houveram leis posteriores à dos *Entraves*, que também influíram sobre as associações, porém, é a *Lei dos Entraves* a que marca e nos permite ter conhecimento sobre as principais associações que despontaram durante a segunda metade do Séc. XIX na capital do Império. Posteriormente, já nos primeiros anos da República, a Lei n. 973 de 02 de Janeiro de 1903, criou o registro facultativo de títulos e documentos, organizados pelo Registo Especial de Títulos e Documentos. Sobre essa lei, Vitor Manuel Marques se

⁴Lei 1083 de 22 de agosto de 1860. Coleção de leis do Império do Brasil: 1869. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao6.html>



debruçou para estudar as associações nas décadas iniciais da República, segundo ele “o pequeno número de registros em 1903 tem provavelmente a ver com a novidade que então se constituía com esse novo tipo de procedimento burocrático” (Fonseca, 2008, p.116). É necessário compreender que a transição do finado Império para a recém formada República, não deu-se do dia para noite, tampouco aconteceu com as leis que regiam toda a sociedade do país. Muitas das associações que já existiam não se adequaram à recente lei, justamente pelo caráter facultativo que a própria trazia em seu texto. Por isso, Vitor Manuel também analisou o Almanack Laemmert, através das notícias e chamadas públicas deste periódico. E ainda as Associações registradas na Secretaria de Polícia do Distrito Federal, pois era necessário o aval da polícia caso um associação desejasse realizar atividades em vias e praças públicas, como passeatas, protestos e/ou ações recreativas. A análise realizada por Vitor Manuel Marques da Fonseca estende-se até o ano de 1916, marco da sanção do primeiro Código Civil brasileiro conhecido como *Código Beviláqua* em homenagem a seu principal autor, Clóvis Beviláqua.

Ao cruzar os dados das pesquisas de Marconi Marotta e de Vitor Manuel Marques, tem-se 887 associações fundadas no período de 1844-1889, destas 454 eram beneficentes e 83 destas associações beneficentes possuíam o caráter fundacional do nacionalismo e patriotismo português. Estes são os dados obtidos na pesquisa de Marotta, como já foi dito. Na pesquisa de Vitor Manuel Marques, foi possível identificar outras 39 associações no período de 1903-1916, no Registo Especial de Títulos e Documentos. Algumas destas associações são originárias do mesmo período analisado por Marotta, presentes no registro devido a sua adequação à lei vigente. Como resultado, foi possível identificar 105 associações beneficentes portuguesas na cidade do Rio de Janeiro que atuaram do período de 1844 a 1916.

Durante a pesquisa foi possível observar que muitas dessas associações buscavam homenagear figuras e patronos, bem como datas de significativa importância na cultura lusitana. Muitas das vezes o homenageado era convidado a ser patrono da associação, tal feito era realizado como instrumento de legitimação e financiamento pela figura do homenageado. É um fato que os quadros sociais de muitas dessas associações não eram compostas estritamente por portugueses ou luso descendentes.

Fato que deve ser ressaltado é que na pesquisa já mencionada de Marconi Marotta, o autor utiliza uma classificação diferente da que foi usada aqui para



considerar uma associação como sendo portuguesa ou não. Marotta dividiu as associações em diferentes tipos, sendo elas: Abolicionista; Diversas; Caridade; Comemorativa; Corporativa; Homenagem; Industrial; Instrução; Lotérica; Nacionalidade; Regional e Religiosa. Entretanto, contestei algumas de suas escolhas ao categorizar determinadas associações. Como exemplo, a Associação Dramática de Beneficência Recreio de Dom Luís I e a Associação Portuguesa Memória de Dom Pedro V, são classificadas por Marotta como ‘Homenagem’, e não ‘Nacionalidade’.

Ao debruçar-me sobre esta classificação, busquei aglutinar àquelas destacadas por Marotta como ‘Homenagem’, no mesmo patamar das de ‘Nacionalidade’. O principal argumento para tal ação é de que se uma associação possui em seu cerne homenagear ou buscar valor numa figura histórica portuguesa, ou num determinado evento de importância para a história de Portugal, pode-se ter a ideia de que no mínimo a cultura lusitana influenciou ou até mesmo formou os sócios fundadores de tal associação, mesmo ela não sendo formada estritamente por portugueses. Pode-se argumentar também que figuras como Dom Luís I e Dom Pedro V, que foram citados como exemplo, estavam estreitamente ligados ao momento em que tais associações tomaram formas, sendo a escolha de monarcas portugueses preferenciais à figuras da monarquia brasileira como o próprio Dom Pedro II e a Princesa Isabel. Tal preferência demonstra este caráter nacional dessas associações justamente por homenagear tais figuras, assim sendo o caráter nacional para a escolha do homenageado pode ser claramente observado.

Como foi dito, as características de formação da associação, como a própria escolha do nome representativo e do possível homenageado, demonstra como a presença portuguesa estava massivamente presente na “cultura associativa”. Segundo Cláudio Batalha, cultura associativa é definida como:

“O conjunto de propostas e práticas culturais das organizações operárias, a visão do mundo expressa nos discursos, bem como os rituais que regem a vida das associações que muitas vezes são herdados de formas de organização mais antigas, como as corporações. Essa cultura associativa, ainda que receba a influência e influencie as culturas diversas das correntes atuantes no movimento operário – culturas militantes – é distinta desta.” (Batalha, 2005. p. 99-100).

Após a proibição das corporações de ofício em 1824, as associações de beneficência e principalmente as de auxílio mútuo tornaram-se instrumentos de proteção



e instrução para trabalhadores associados. Pode-se perceber então que as associações tinham papel fundamental na formação social dos trabalhadores, e até mesmo precursoras dos sindicatos e ligas de trabalho que proliferaram ainda mais nas primeiras décadas da república. A pesquisa de Vitor Manuel Marques, por exemplo, destaca o florescimento dos sindicatos nos primeiros anos da recém formada república.

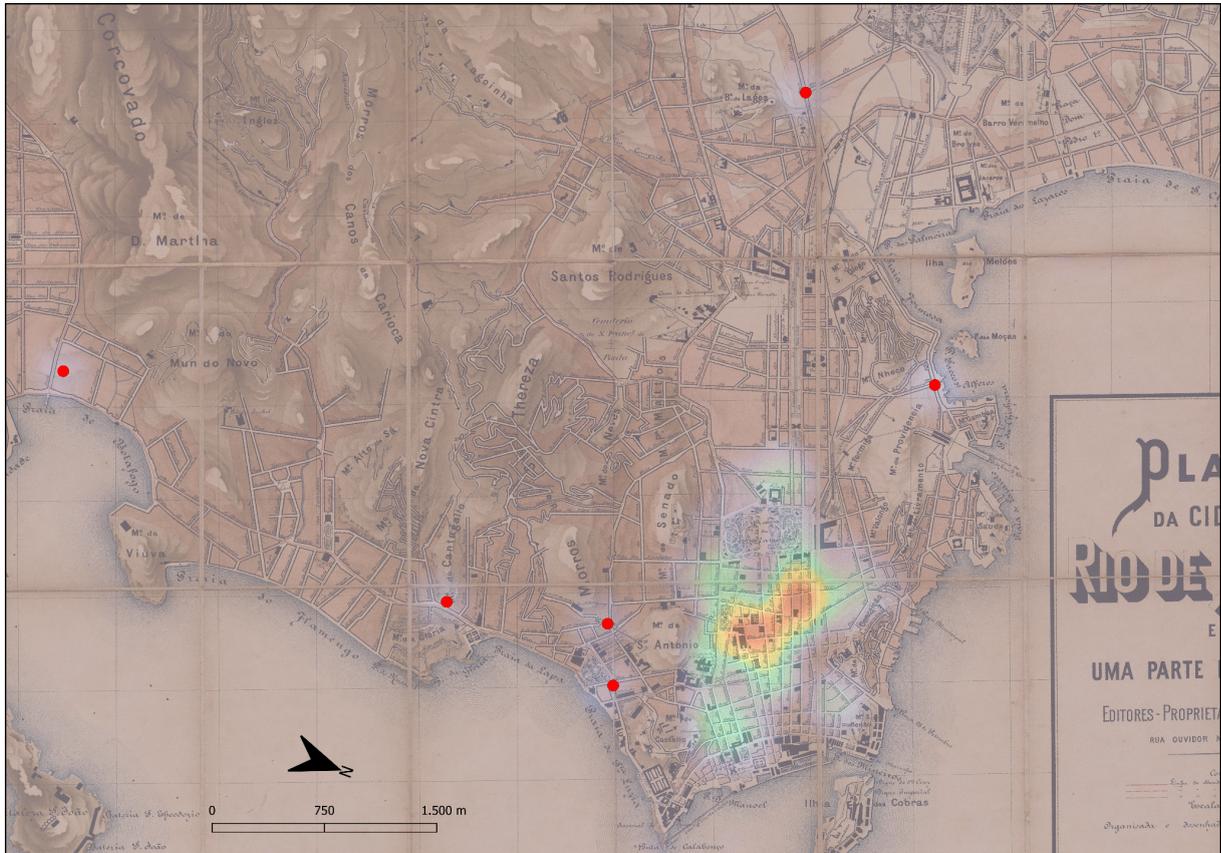
“Quanto às associações sindicais, elas se justificam tanto pelo contexto da ideologia liberal, que pregava a isenção do Estado frente aos conflitos entre patrões e empregados, quanto pelas ideologias anarquista e socialista, que afirmavam a necessidade da organização da classe trabalhadora para obtenção de melhores condições de vida e trabalho.” (Fonseca, 2008, p.120).

Outro ponto a ser analisado dos dados coletados deve ser a distribuição espacial dessas associações no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro. analisar a distribuição espacial das associações pode esclarecer e ao mesmo tempo apontar hipóteses sobre a formação e natureza do associativismo na cidade. Como fora dito anteriormente, foi possível identificar 105 associações beneficentes portuguesas na cidade do Rio de Janeiro que atuaram do período de 1844 a 1916. Destas, foi possível identificar o endereço da sede de 70 dessas associações, ou seja, aproximadamente 67% das associações foram identificadas e verificadas.

Para esta verificação e identificação foi realizada, primeiramente, uma minuciosa pesquisa no Almanak Laemmert, disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Por se tratar de um almanaque administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro, foi o ponto de partida da pesquisa e onde de fato se coletou mais resultados. Posteriormente, buscou-se expandir as pesquisas para os jornais que circulavam à época no Rio de Janeiro, também disponíveis na Hemeroteca Digital. Os principais jornais analisados foram: o Jornal do Comércio, o Diário do Rio de Janeiro, O Paiz, Jornal do Brasil e Correio da Manhã.



Figura 2 - Distribuição das Associações Benéficas/Auxiliadoras Portuguesas na cidade do Rio de Janeiro (1844-1916)



Fonte: FIGUEIREDO, Guilherme Giesta. Mapa da distribuição das Associações Benéficas/Auxiliadoras Portuguesas na cidade do Rio de Janeiro (1844-1916). Escala 1:75.000. Maio de 2023. Usando: QGIS [software GIS]. Versão 3.16. QGIS Geographic Information System. Open Source Geospatial Foundation Project. <<http://qgis.osgeo.org>>2021. Planta da cidade do Rio de Janeiro e de uma parte dos subúrbios [material cartográfico]. Biblioteca Digital do Senado Federal. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242531>>.

Para o processo do georreferenciamento, foi utilizado o Software QGIS, de uso gratuito, código aberto e multiplataforma de sistema de informação geográfica que permite a visualização, edição e análise de dados georreferenciados. Pode-se observar de maneira explícita na **Figura 2**, através da mancha de calor caracterizada pelas cores quentes concentradas, que a maioria das associações benéficas portuguesas tinham suas sedes localizadas nas regiões centrais do Rio de Janeiro. 64 das 70 associações concentravam-se neste núcleo da cidade, ou seja, cerca de 91% das associações analisadas estavam localizadas poucos metros de distância uma das outra.

Os pontos mais extremos sinalizados no mapa pelas manchas de calor em azuladas e os pontos vermelhos, correspondem às 6 associações que possuíam sua sede mais afastadas do núcleo central da cidade. Tais associações são: no extremo norte do mapa, Caixa da Socorros Dom Pedro V (não confundir com a Real e Benemerita



Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V). No extremo leste do mapa, União e Progresso Protectora dos Cabo-Verdianos. À oeste, próximo ainda do núcleo central temos, Associação dos Artistas Portugueses, no Passeio Público e o Centro Beneficente Homenagem ao Conselheiro Augusto de Castilho, próximo aos Arcos da Lapa. Mais ainda a oeste, na região do Flamengo, encontrava-se a Associação de Socorros Mútuos Conde D'Eu. Por fim, no extremo oeste do mapa, na região de Botafogo, ficava a sede da Sociedade Beneficente Homenagem a Azevedo Coutinho, o Herói do Zambeze. Apesar dessas associações encontrarem-se mais afastadas das demais, pode-se observar como um todo as expressões de aglomeração destas associações.

É uma possibilidade que outras associações que não foram possíveis de terem seus endereços identificados também estivessem mais espaçadas pela cidade. Apesar de não ser possível rastrear a trajetória de cada uma das associações devido a ausência de fontes e muitas delas terem durado pouco tempo, pode-se fazer um exercício de dedução sobre o motivo de algumas estarem localizadas em determinado local. Como exemplo, a Associação dos Artistas Portugueses estava localizada próximo a região que nas primeiras décadas do séc. XX ficaria famosa por seus teatros, cinemas, bares e vida boêmia. Logo, não é incomum de se pensar que possivelmente já havia ali naquele espaço atividades ligadas ao ramo das artes e a presença de uma associação de beneficência para artistas portugueses estar ali seria o normal.

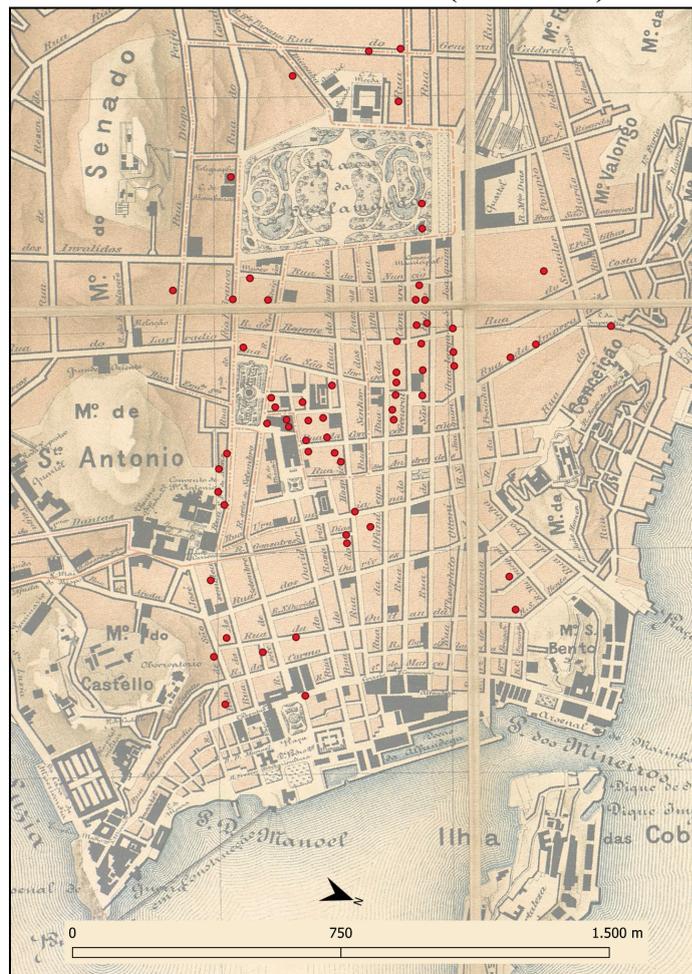
Outro exemplo é o caso da União e Progresso Protectora dos Cabo-Verdianos, fundada em 1907. A região onde sua sede está localizada caracteriza-se como um bairro portuário, defronte aos píeres e ancoradouros. Segundo Elias Alfama: “Nesse período, o fluxo migratório de cabo-verdianos para os EUA supera, em muito, as migrações para outros destinos, como a Argentina, o Brasil ou o Chile, no continente americano.” (Moniz, 2019, p.120). Pode-se entender então que havia um fluxo migratório anterior ao séc. XX onde o Brasil era um destino dos cabo-verdianos e a própria existência de uma associação de caráter beneficente específico para estes imigrantes revela o seu significativo número na cidade. A presença dessa associação estar justamente numa área fortemente relacionada ao porto do Rio de Janeiro, pode ter relação com os trabalhadores negros do porto, que disputavam os empregos com os recém chegados imigrantes. Erika Bastos Arantes em sua tese de doutorado, mostra que:



“analisando o conjunto de portuários presos na Detenção entre os anos de 1901 e 1910” chegamos à conclusão que os brancos eram efetivamente minoria no porto na primeira década do século XX, representando 43,2% do total de portuários, enquanto os pretos e pardos correspondem a 50,4%, contando ainda com 4,9% de "morenos"” (Bastos, 2010, p.107).

Certamente o número de cabo-verdianos estavam bem abaixo que outros imigrantes na cidade. E nem pode-se ter e real noção de que todos eram negros. Porém a hipótese de que a sede da associação ali estava localizada pelo forte fluxo de trabalhadores negros do porto mostra-se válida, uma vez que a região não era somente a porta de entrada de imigrantes como também ali estava associações ligadas as profissões portuárias.

Figura 3 - Distribuição das Associações Benéficas/Auxiliadoras Portuguesas no centro da cidade do Rio de Janeiro (1844-1916)



Fonte: FIGUEIREDO, Guilherme Giesta. Mapa da distribuição das Associações Benéficas/Auxiliadoras Portuguesas no centro da cidade do Rio de Janeiro (1844-1916). Escala 1:15.000. Maio de 2023. Usando: QGIS [software GIS]. Versão 3.16. QGIS Geographic Information System. Open Source Geospatial Foundation Project. <<http://qgis.osgeo.org>>2021.



Analisando a **Figura 3**, pode-se ter a noção completa da distribuição espacial das demais 64 associações no centro da cidade do Rio de Janeiro através dos pontos marcados no mapa. Um fato que deve-se ter em mente é que devido ao recorte temporal aqui trabalhado, 1844-1916, muitas das localizações são aproximadas, sendo possível adotarmos a margem de erro de alguns metros. Outro fato importante, é destacar que o mapa utilizado para o processo de georreferenciamento é datado do ano de 1885. Logo, algumas ruas mudaram de nome com o passar do tempo e principalmente com a chegada da República e outras ruas foram totalmente destruídas para dar lugar às grandes avenidas, como foi demonstrado no início deste capítulo. Entretanto, tais fatos pouco influenciam na análise aqui realizada, uma vez que temos a concretude dos fatos de que tais associações de fato estavam nessa região e atuavam de maneira incisiva neste cenário.

Das ruas do centro da cidade que mais possuíam associações estavam: A Rua São Pedro, com 7 associações. A Rua do Sabão/Gal. Câmara, com 6, a Rua da Conceição/Vasco da Gama também com 6 e a Rua do Hospício, com 5. Pode-se perceber ainda que grande parte das associações encontravam-se nas proximidades do Campo de Santana. Rachel Sisson em sua obra 'Espaço e poder: os três centros do Rio de Janeiro e a chegada da Corte Portuguesa (Sisson, , 2008, p.11-12), aponta o debate sobre a formação de três centros de importância política e comercial no Rio de Janeiro em diferentes épocas: O centro no Largo do Passo, marco principal do Brasil colonial e Reino; o centro no Campo de Santana, marco do Brasil imperial e o centro na Praça Floriano, marco do Brasil republicano. Esta divisão do espaço em centros é tema da autora há décadas e mostra como tais espaços eram caracterizados por compreenderem estruturas de poder como prédios do governo. As associações presentes no entorno do Campo de Santana e em suas ruas adjacentes corroboram com a visão de Sisson sobre esses espaços. O centro do Campo de Santana, deste modo, não abrigava somente prédios como o Quartel General do Exército, a Câmara Municipal da corte e o Museu Real, como também abrigavam diversas sedes de associações lusitanas de beneficência e auxílio mútuo. Assim sendo, o movimento associativo que por muitas vezes é atrelado a forte imigração portuguesa ao final do Império tem sua origem e formação décadas antes, ainda durante o pleno governo imperial. Só com a formação desse movimento anos antes é que seria possível o surgimento de tantas outras sociedades no período republicano.



Ainda sobre as associações no entorno do Campo De Santana, há um fato curioso, porém que pode revelar muitas impressões de como o mutualismo transparece de fato no cotidiano da cidade. Algumas associações dividiam o mesmo endereço, em notícia do jornal ‘O Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal’ a Sociedade Portuguesa Auxiliadora por exemplo realizava suas reuniões na R. dos Beneditinos nº12, à época mesmo endereço do Real Gabinete Português de Leitura⁵. Outro exemplo, este presente na **Figura 3**, é o caso do endereço Rua Vasco da Gama nº 19 (atual Rua da Conceição), neste logradouro encontravam-se 4 associações: Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões; Sociedade de Socorros Mútuos Marquês de Pombal; Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses e Sociedade Beneficente Memória aos Heróis Portugueses Rainha Santa Isabel. O mesmo ocorria no endereço da R. do Sacramento, nº12, onde ali compartilhavam o mesmo endereço a Sociedade Beneficente Dom Afonso Henriques e a Associação Beneficente Homenagem ao Conselheiro Antônio Enes. Com esses exemplos, pode-se imaginar que havia uma rede de amparo ainda mais extensa do que limitada ao auxílio propriamente dito que tais associações prestavam.

A cooperação dos imigrantes portugueses pode ser observada também nessa organização de associações compartilhando o mesmo logradouro. Como já fora citado neste capítulo, muitos dos imigrantes que chegavam na cidade do Rio de Janeiro destinavam-se a “classe caixeiral” e outros prestadores de serviço. Eram trabalhadores que por muitas das vezes se submetiam a péssimas condições de trabalho e remuneração baixa. Segundo Sebastião Ferreira Soares, citado por Artur José Renda Vitorino: “No início dos anos 1860, as fábricas de charutos existentes na Corte empregavam de acordo com Sebastião Ferreira Soares “para cima de 2,000 meninos e moços açorianos, e muito poucos escravos””(Soares apud Vitorino, 2005, p.29). É impreterível de se ressaltar ainda que as associações de beneficência e de auxílio mútuo iam muito além da concepção padrão de que eram estabelecidas. Tais associações não só tinham como papel principal o auxílio dos portugueses mas também o auxílio da classe trabalhadora imigrante portuguesa. Claudio Batalha analisa a situação das sociedades beneficentes da cidade do Rio de Janeiro e conclui que:

⁵O Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal. 5 de Julho de 1856. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/217280/12062>>



"as sociedades de socorros mútuos eram a única forma legalmente viável de organização para os trabalhadores manuais livres após 1824, mas que muitas dessas sociedades tinham por objetivo, algo mais do que o socorro aos seus associados que servia de justificativa para sua existência; seu verdadeiro objetivo era a defesa profissional." (Batalha, 1999, p.53)

Desta forma pode-se ser feita a relação entre a localização geográfica onde encontra-se as associações com as principais praças de comércio do Rio de Janeiro. As ruas do centro fervilhavam com o comércio e com a prestação de diversos serviços. Não à toa a zona portuária da cidade era a mais movimentada e conflitos étnicos entre portugueses emigrados e negros escravizados e livres permeariam o cenário das praças de mercado do Rio de Janeiro até as primeiras décadas da república. Sidney Chalhoub definiu assim o mercado de trabalho no Rio de Janeiro:

“Seria importante, por exemplo, esclarecer que ‘mercado de trabalho é este’, pois neste momento seria ilusório pensar que toda situação se resume ao velho esquema do trabalhador despossuído, dono apenas de sua capacidade de trabalho, que se encontra então no tal ‘mercado’ com um capitalista altivo e carrancudo que, detentor dos meios de produção, acena-lhe com a possibilidade de um emprego. Esse esquema não dá conta de milhares de indivíduos que, não conseguindo ou não desejando tornarem-se trabalhadores assalariados, sobreviviam sem se integrarem ao tal ‘mercado’ mantendo-se como ambulantes, vendedores de jogo de bicho, jogadores profissionais, mendigos, biscateiros, etc...” (Chalhoub, 1986, p.62).

Como pode-se analisar, o mercado de trabalho era muito mais competitivo e disputado entre imigrantes e outros trabalhadores. Essas disputas pelos empregos e a ocupação de vários setores do comércio pelos portugueses influenciou ainda no antilusitanismo presente na sociedade desde os tempos do império. Porém, agora tomava novas características devido justamente a essas disputas. Como já foi dito anteriormente, o antilusitanismo estava presente nesta sociedade há várias décadas, fundamentalmente como uma herança de um passado colonial repleto de desavenças, conflitos e ódio das diferentes partes.

Os efeitos do antilusitanismo são apenas um sintoma da imigração mas, não é o antilusitanismo que definirá por completo a relação entre imigrantes e brasileiros. Pois, é justamente no associativismo que ambos irão se relacionar e participar efetivamente da constituição dessas sociedade em prol de objetivos específicos.

4. Considerações Finais



O tema da imigração portuguesa é objeto de estudo da historiografia brasileira há décadas, muitos trabalhos foram desenvolvidos sobre a importância cultural e econômica, por exemplo. Já outros trabalhos mostram os conflitos e as tensões existentes em diferentes períodos entre brasileiros brancos e negros e os imigrantes portugueses. O fenômeno do associativismo é tema paralelo nos estudos de imigração, porém essas instituições necessitam de novas abordagens e perspectivas alinhadas com novas técnicas de análise historiográficas. Por serem muito diversas em seus objetivos, as associações fazem parte de diferentes âmbitos do dia a dia da capital carioca. Desde associações beneficentes, aqui analisadas, até clubes dançantes, agremiações esportivas e sindicatos trabalhistas. Essa pluralidade também possibilita diferentes abordagens e cada uma delas pode auxiliar num maior entendimento das dinâmicas sociais, políticas e econômicas do Rio de Janeiro.

5. Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. IPLANRIO, 1997.

ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto oitocentista*. Porto. Universidade do Porto, 1994.

AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, maio-ago. 2003.

BATALHA, Claudio H. M. *Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República*. In: *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Batalha, C.H. M.; SILVA, F. T.; Fortes, A. (Orgs.) Campinas: Editora UNICAMP, 2005.

BATALHA, Claudio H. M. *Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: Algumas Reflexões em Torno da Formação da Classe Operária*. *Cadernos AEL*, v.6, n.10/11, 1999.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: Um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.



BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 3. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília : Linha Gráfica, 1991. 2 v.

CASTRO, Ferreira de. Emigrantes, Lisboa. Livraria Editora Guimarães, 10.^a edição, 1928.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro: 1903-1916. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional ; Niterói, RJ : Muiraquitã, 2008.

HONORATO, Cezar Teixeira; MANTUANO, Thiago Vinícius. O trapiche e suas fronteiras: negociantes e a transição do porto do Rio de Janeiro rumo à lógica do capital (XIX-XX). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, X., 2013, Juiz de Fora, Anais.

LINDEN, Marcel Van Der. Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho. Campinas. Editora da Unicamp, 2013.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Imigração portuguesa no Brasil. São Paulo. Editora Hucitec, 2001.

MAROTTA, Marconni Cordeiro. “As sociedades do Império: política, economia e associativismo beneficente no Rio de Janeiro do Segundo Reinado”. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2015.

MARTINS, Ismênia de Lima. Relações e Registros Sobre a Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro. Uma Análise Crítica Das Fontes. in A Emigração Portuguesa para o Brasil. Rio de Janeiro/Porto. CEPES, 2007.

MONIZ, Elias Alfama Vaz. Circuitos atlânticos das migrações: historicizando as migrações cabo-verdianas em dinâmicas do capitalismo em África. Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política. Volume 12, número 1, janeiro a junho de 2019.

POBLET, Maria Del Mar Ferrer Jordá. A Dimensão Espaço-Temporal em Fernand Braudel: Aportes Teóricos Para a Geografia. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

REIS, José de Oliveira. O Rio de Janeiro e seus Prefeitos: Evolução Urbanística da Cidade. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1997.



REIS, Odair John Dias dos, *Cultura Associativa e Estratégias de Organização no Rio de Janeiro Imperial: Associações de Imigrantes Portugueses na Corte (1860-1889)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2012.

REZNIK, Luis. & FERNANDES, Rui Ancieto Nascimento. *Entre o Universal e o Particular: A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores*. in *Portugal e as Migrações da Europa do Sul para a América do Sul*. Porto. 2014.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *Cabras e pés-de-chumbo: os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio Janeiro (1890-190)*. 1986. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1987.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas - O antilusitanismo na Primeira República*. Rio de Janeiro. Eduff, 2012.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. *Revolução Vascaína: a profissionalização do futebol e inserção sócio-econômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934)*. São Paulo. 2010.

SISSON, Rachel. *Espaço e poder: os três centros do Rio de Janeiro e a chegada da Corte Portuguesa*. Rio de Janeiro, Arco, 2008.

SOARES, S. F. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1860, p. 73 apud. VITORINO, Artur José Renda. *Mercado de trabalho e conflitos étnicos em meio à escravidão: portugueses e africanos no Rio de Janeiro (1850-1870)*. Cadernos AEL, v.15, n.27, 2005.

SOUZA, Ricardo Luiz de. *O Antilusitanismo e a Afirmação da Nacionalidade*. Vitória da Conquista. Revista Politeia: História e Sociedade, Vol. 5, n. 1. 2005.

SOUZA, Roberto Ribeiro de. *Imigração Portuguesa, Identidade e Representação Geográfica: O Lugar da Casa Regional no Movimento Associativo Luso-Brasileiro*. Rio de Janeiro. Revista Espaço e Cultura, n. 22. 2007.